

EDUCAR PARA PRESERVAR: Levantamento dos Projetos Ambientais no Município de Ibirama/SC

ILda Valentim
ilda.valentim@udesc.br
UDESC

Dinorá Baldo de Faverei
dinora.faveri@udesc.br
UDESC

Marilei Kroetz
marilei.kroetz@udesc.br
UDESC

Isabela Fischer Fronza
isabela@ffronza.com
UDESC

Resumo:Entende-se que a educação tem um papel primordial para a modificação do impacto ambiental ocasionado pelo consumo no mundo capitalista. Os danos ambientais possuem reflexo na vida de todos os seres humanos e o consumo sustentável refletirá não somente hoje, mas no futuro das próximas gerações. Cabe a Universidade participar desse cenário buscando a educação ambiental e incentivando-a no município em que está inserida. Sabe-se que o caminho é longo e moroso não havendo equilíbrio entre economia e consumo, mas também é notório que algo precisa ser feito. As medidas de prevenção e cuidado andam a passos lentos enquanto a destruição está acelerada. A partir de tais constatações o Projeto Educar para Preservar apresenta os Projetos que são realizados no município de Ibirama/SC.

Palavras Chave: Educação - Sustentabilidade - Projetos Ambientais - -

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão “Educar para Preservar” iniciou em 2010 visando difundir a educação para a sustentabilidade na comunidade de Ibirama e região do Alto Vale do Itajaí – SC, iniciando suas reflexões a partir de um questionário aplicado aos acadêmicos do CEAVI/UEDESC no ano de 2010. A partir disso o projeto relacionou outras atividades realizadas no município e que poderiam ser vinculados e colaborar na atuação do educação ambiental.

Essa preocupação deve-se à utilização desenfreada dos recursos naturais e seu consumismo exacerbado. O meio ambiente vem sendo, desde a Revolução Industrial, alterado substancialmente, necessitando estudo e ampla divulgação de tais impactos.

Vivemos num contexto onde é expressiva e crescente a preocupação com os recursos finitos para sustentabilidade. Assim, gerir tais recursos não se restringe mais a um determinado grupo de empresas ou pessoas que se utilizam dos recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades.

Dentre a diversidade de organizações, encontram-se as IES (Instituições de Ensino Superior) que estão voltadas à produção de conhecimento e formação de pessoas. O vínculo das IES com a disseminação do conhecimento é intrínseco ao comprometimento com o futuro, visto que os egressos serão agentes na formação da conduta da sociedade.

Para tanto, torna-se necessário estimular o conhecimento sustentável em todos os segmentos da sociedade.

2. SUSTENTABILIDADE

A questão ambiental somente foi objeto de preocupação recentemente, mais precisamente durante o século XX. Segunda Kässmayer (2005) esta preocupação nasceu na época da reconstrução política e econômica das nações que foram devastadas pela segunda guerra mundial.

Ao mesmo tempo em que se experimentou imenso crescimento econômico, principalmente na Europa e Estados Unidos, se acentuou a degradação ambiental, nascendo assim os primeiros debates sobre o meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento. Num evidente conflito a condição econômica também é a propulsora na degradação.

Os países, segundo a economia capitalista, foram divididos em desenvolvidos e subdesenvolvidos, os que possuem baixo índice de IDH – Índice de desenvolvimento Humano. De acordo com Stefaniak (2011, p. 106) “A questão econômico-social desses países subdesenvolvidos, de terceiro mundo, leva-os a buscar o chamado ‘desenvolvimento a qualquer custo’, sacrificando especialmente seus recursos naturais”. A autora acrescenta ainda que “os efeitos da busca do crescimento econômico desordenado são devastadores para o meio ambiente e os sinais da gravidade da situação começam aparecer, especialmente causados pela poluição”.

A década de 60 foi marcada justamente por isso, pela devastação do meio ambiente, pelo incentivo exacerbado para o crescimento dos países de terceiro mundo, sem levar em consideração os impactos que o consumo causaria. Sparemberger (2006) assevera que “[...]com o advento dos movimentos ambientalistas a partir da década de 60, a Terra passa a ser vista como uma rede de relações vivas (GAIA), onde todos os seres (vivos ou não) estão uns para os outros em uma relação de interdependência, que só pode ser compreendida mediante a ruptura com o modelo cartesiano e seu compartimentalismo característico”. A

autora ainda chega à conclusão lógica de que “a compreensão do ‘fenômeno vida’ exige necessariamente uma análise multidisciplinar”. (2006, p. 16)

Mesmo assim, diante das informações trazidas por SpareMBERGER, de nossa interdependência independente de classes sociais, Souza (2006, p. 97) entende que “o modelo capitalista não possui condições de realizar justiça social, evidentemente, porque esta não faz parte de suas finalidades afirmando que é remotíssima a possibilidade dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos alcançarem o desenvolvimento econômico dos países ricos”. Evidente que esse modelo possui um caráter antiecológico, necessitando mais do que nunca das discussões que se apresentam para que se possa chegar ao modelo de vida contemporâneo que se quer para evitar a destruição em massa.

Leff (2005) destaca que os recursos naturais são finitos e não se restabelecerão, surgindo a sustentabilidade como a lei-limite para que se analise uma nova ordem econômica para manutenção da vida no planeta. “A ideologia do progresso e do crescimento sem limites topa com a lei limite da natureza iniciando a resignificação do mundo para a construção de uma racionalidade alternativa” (2005, p. 17).

Sobre a finitude dos recursos naturais, interessante a informação de Stefaniak (2011) ao citar o Relatório Planeta Vivo de 2006 do Fundo Mundial para a Natureza, esclarecer que o ser humano consome 25% a mais do que a terra consegue repor, portanto, mais do que provado de que o sistema não se restabelece.

Percebe-se perfeitamente que a sociedade atingiu o estágio avançado do capitalismo industrial, incentivada por produtos de curta duração ou utilidade para que consumo se torne impulsivo ou modista.

Scheffer (2012) em seu artigo intitulado “Desenvolvimento Sustentável e Modernidade: uma incompatibilidade anunciada” esclarece que “[...] parte-se do pressuposto de que seja impossível no mundo capitalista se atingir o desenvolvimento sustentável ou a garantia de qualidade de vida à nossa e as próximas gerações”. Entretanto acrescenta que “Esta impossibilidade não deve invalidar os vários esforços que visam melhorar a relação do homem com a natureza, entretanto, os limites são muitos. Compreender os limites não deve significar estagnação, mas ampliação da consciência a respeito do problema e a mudança de rumo a ser tomado”.

Sobre o conceito de consumo sustentável a Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento sustentável definiu a partir da Agenda 21 como sendo:

O uso de serviços e produtos relacionados, que correspondam às necessidades básicas e tratem melhor qualidade de vida, ao passo que minimizem o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, as emissões de lixo e de poluentes sobre o ciclo de vida dos produtos e serviços, de modo a não negligenciar as necessidades das futuras gerações.

A expressão se tornou popular, entretanto, sua aplicabilidade ainda permanece um enigma, pois o sistema capitalismo impede a aplicação de valores ecológicos. O que se pode falar, hodiernamente, é na diminuição de impacto ou ainda no consumo de produtos que produzam consequências menores no meio ambiente.

A ideia de sustentabilidade surge como uma possibilidade teórica-política para se contrapor à crise ambiental alavancada pelo crescimento econômico, e se fortalece na evidencia de um colapso ecológico. Contudo, adota um contorno unicamente antropocêntrico quando se torna proeminente a necessidade de desenvolvimento econômico dos povos que ansiavam por justiça social. Mesmo considerando a perspectiva de que um crescimento econômico a qualquer custo sabidamente conduziria a humanidade ao desastre ecológico. A necessidade social versus necessidade ambiental obriga a superação da visão da intocabilidade do meio



ambiente de um ambientalismo radical, contribuindo para a construção de um viés antropocêntrico e economicista da sustentabilidade ecológica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. (STEFANIAK, 2011, p. 104).

Pode-se afirmar que sustentabilidade consiste em conseguir equilibrar exploração de recursos naturais, danificando menos possível o meio ambiente.

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio encontra-se o conceito de consumo responsável, para Antunes (2011), seria aquele que se escolhe produtos que causariam menores impactos ao meio ambiente “[...]ou seja, desde a produção das matérias-primas, passando pelo processo de fabrico do produto, pelo embalagem e distribuição, pela utilização, até o destino final. Não há produtos com impacto zero no meio ambiente. Todas as nossas ações de consumo têm consequências”. (2011, p. 01)

Somente poderá se falar em alternativas à crise ambiental a partir do momento em que se tomar consciência de que de que o modelo que se apresenta está esgotado e destrói as fontes de subsistência de todos os povos. A sociedade está interligada de tal forma que as atitudes devem ser tomadas em âmbito mundial.

A maior parte da sociedade consegue viver ignorando o próprio futuro, ou seja, a própria sustentabilidade. A falta de preocupação com a geração futura faz com que se viva como se somente o hoje existisse, porém, as catástrofes provocadas pelos impactos ambientais são visíveis nessa geração, portanto, cada ser humano é um elo para que se alcance o objetivo de preservar o planeta. Machado, Santos e Souza (2008, p.15) ressaltam que, “culturalmente, as sociedades foram educadas para entender que os recursos naturais são inesgotáveis e que estão à disposição da humanidade para a promoção do desenvolvimento”, todavia a mudança de paradigma deve ser incentivada, principalmente com a utilização da educação para o desenvolvimento sustentável.

Leff (2005, p. 348) tenta reintegrar as partes ao estabelecer que “[...] a construção de um futuro sustentável implica pensar a abertura da história, o desprendimento da ordem coisificada e hiperconomicizadora do mundo. Aponta para a criatividade humana, a mudança social e a construção de alternativas”.

Para Veiga (2005) “o debate sobre o desenvolvimento sustentável também passou a girar em torno dessa vaga ideia de durabilidade, mesmo que em sua gênese o sentido tenha sido bem mais preciso. A questão era a de saber se – e em que condições – tal processo poderia não ser comprometido pela destruição de seus próprios alicerces naturais”. A expressão desenvolvimento sustentável acabou por legitimar a compatibilidade entre o crescimento e econômico contínuo e a preservação do meio ambiente, afirmando que poderá haver crescimento sem destruição.

Na construção teórica de Sachs (2009, p. 75) os critérios que se utiliza para atingir a sustentabilidade são os seguintes:

1. Social: baseados numa distribuição justa de renda, para obter uma homogeneidade social e atingir uma qualidade razoável de vida;
2. Cultural: o respeito à diversidade cultural dos povos para implementação de projetos adequados a cada modo de vida, em equilíbrio com o ecossistema local;
3. Ecológica: preservando o potencial da natureza, com limite do uso de recursos não renováveis e estímulo do uso e da produção de recursos renováveis;
4. Ambiental: considerando o potencial de recuperação dos ecossistemas;
5. Territorial: especialmente estabelecendo estratégias de desenvolvimento ambiental seguras em áreas onde os ecossistemas são mais frágeis, buscando superar disparidades regionais;
6. Econômico: modernização tecnológica contínua para equilibrar o desenvolvimento;
7. Política nacional: democracia numa perspectiva de maior participação social;
8. Política Internacional: cooperação internacional notadamente para a superação da

desigualdade universal e proteção do meio ambiente como patrimônio global da humanidade.

O termo desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado a partir de 1987 com a publicação do Relatório de Brundtland – Nosso futuro Comum – elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU, resultando de debates que culminou no conceito como sendo “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Percebem-se nesse conceito perspectivas econômicas, sociais e ambientais. Esclarece-se que foi com a Rio-92 que se estabeleceu a Agenda 21, importante documento que popularizou e institucionalizou a expressão, nesse sentido qualquer desenvolvimento deve ser harmonizado com a preservação.

Neste diapasão, na visão ambientalista, com seu conceito mais abrangente, o desenvolvimento sustentável se apoia no tripé das sustentabilidades ambiental, econômica e social. No entanto, Stefaniak (2011) assevera que o desenvolvimento com base nesses pilares se mostrou ineficaz para que o meio ambiente seja preservado, não conseguindo, ainda, frear a degradação, vez que os projetos estruturados foram insuficientes ou de pouca visibilidade, tendo até servido a causa ecológica, mas concretamente, não paralisaram a crise.

Acrescente-se que os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não se confundem, o primeiro trata-se da intenção de preservar se esse for o caminho, até mesmo contra as ações humanas, o segundo tem preponderante a ideia de conservação de recursos ambientais para permitir ações humanas e exploração dos bens ambientais de forma harmônica (STEFANIAK, 2011).

Apesar da noção de que em curto prazo pouco ou muito pouco pode ser feito para que o consumo consciente aconteça, espera-se que a sociedade compreenda o risco de catástrofe ambiental que está submetida e inicie atitudes conscientes para minimizar os estragos para a própria geração.

3. PROJETOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA - SC

O Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí - CEAVI faz parte da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, sediado na cidade Ibirama — SC.

Essa cidade foi fundada no ano de 1897 tendo como primeiro nome Hammonia, passando, posteriormente para Dalbérgia e, somente em 1943 passou a se chamar Ibirama – “Terra da Fartura” (www.ecoinformação.com). Em 2010 a população foi estimada em 17.330 habitantes e no último PIB *Per Capita* fornecido pelo IBGE em 2008, consta a renda de R\$11.188,45.

O centro iniciou suas atividades nessa cidade, de forma permanente, a partir do dia 01 de janeiro de 2007 e hoje oferece os cursos de Ciências Contábeis, Engenharia Sanitária e Sistemas de Informação.

Sendo assim, o Projeto de Extensão “Educar para Preservar” principiou sua participação nesse ambiente visando mudança de paradigma e preservação ambiental.

No município de Ibirama-SC existem quatro projetos bastante expressivos além do projeto capitaneado pela UDESC, na área da educação ambiental, quais sejam:

- **Usina de Salto Pilão**
- **FLONA (Floresta Nacional de Ibirama)**
- **Prefeitura Municipal de Ibirama**
- **Cooper – Cooperativa de Produtores de Ibirama.**

3.1 PAUTANDO-SE NO PROJETO DA COOPER



Dentre os projetos destacaremos a atuação da COOPER. O Cooperativismo é um movimento internacional que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, na qual todos tenham voz e vez. Seus princípios são voltados a valores como a justiça, a solidariedade e a democracia. Cooperativa é uma associação de pessoas com o intuito de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, mediante uma empresa privada de propriedade coletiva e gerida democraticamente.

A Cooper possui vários programas voltados aos Cooperados e comunidade:

PROGRAMA COOPER AÇÃO

É a Cooper agindo em benefício da comunidade e do meio ambiente. Atende aos princípios cooperativistas:

- 5º Educação, Formação e Conhecimento
- 7º Interesse pela Comunidade

Missão: contribuir e apoiar o desenvolvimento sustentável da comunidade, por meio de ações socioambientais.

Objetivo:

- * desenvolver ações sociais em parceria com a comunidade

Dentro do programa Cooper Ação temos as campanhas: Saúde em Dias, Cooper Solidária e Troco Solidário.

COOPER SUSTENTÁVEL :

O programa desenvolve ações para a sustentabilidade ambiental das comunidades em que a Cooper está inserida. São ações como a Campanha Bairro Limpo, que recebe o lixo reciclável dos cooperados em troca de vale compras, a coleta de óleo de cozinha, que proporciona o recebimento e os correto destino do óleo usado, a Bolsa ecológica da Cooper que incentiva a redução do uso de sacolas plásticas e o recebimento de pilhas e baterias como recolha e repasse para o correto destino dos resíduos perigosos.

Objetivos:

- * Disponibilizar pontos de coleta de resíduos recicláveis
- * incentivar o uso de bolsas ecológicas
- * Conscientizar os cooperados, colaboradores e comunidade para a sustentabilidade do planeta, por meio de "educação, formação e conhecimento".

A campanha Bairro Limpo Cooper:

Acontece em 01 dia do mês onde as pessoas devem trazer seus materiais recicláveis, limpos e separados até a loja mais próxima e receberão um vale compras conforme o tipo de material que reciclou. O parceiro que nos atende nessa campanha se encarrega de dar o destino correto ao material reciclado entregue pelos cooperados e clientes.

Em 2010 foi desenvolvido uma campanha para incentivar as crianças das escolas municipais a separarem corretamente o seu lixo doméstico com o apoio da secretaria da



educação da prefeitura de Ibirama. Esse trabalho teve início em Ibirama com a metodologia desenvolvida especialmente para essa faixa etária abrangendo todas as crianças das escolas municipais de Ibirama e hoje é um programa que está sendo levado às escolas municipais das outras cidades em que a Cooper está inserida.

Foram apresentados Vídeos com a realidade atual de Ibirama, mostrando um antigo LIXÃO e o Local onde hoje é feito de forma correta o descarte do lixo. Incentivado o consumo consciente de água, e praticado em forma de dinâmicas a separação e descarte do lixo reciclado ressaltando as cores dos recipientes para cada tipo de material. Apresentado brinquedos feitos com material reciclado e incentivado a brincadeira sem preconceito com os mesmos

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, realizada pelo Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI – para o levantamento de projetos na área ambiental do Município de Ibirama – Estado de Santa Catarina, verificou-se que apesar da localidade possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes a preocupação é recorrente e tais projetos servem de incentivo.

O projeto capitaneado pela Cooperativa – COOPER, além de incentivar o cooperativismo desenvolve ações para sustentabilidade na comunidade em que está inserida. Trocar resíduos recicláveis por vale compras incentiva sobremaneira a população a reciclar.

Além desse item, verificou-se a importância da utilização de bolsa ecológica, o recebimento do óleo de cozinha e o recebimento de pilhas e baterias.

Neste sentido foi possível verificar enormes aspectos positivos nos projetos, apesar de pequenos, realizados em um município que pode crescer com sustentabilidade.

5. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. A crise estrutural do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – AGENDA 21. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2001.

CRUZ, P.M. Da Soberania à Transnacionalidade. Itajaí: Univali, 2012.

DIAS, G. F. Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana. São Paulo: Gaia, 2002.

KÄSSMAYER, K. Desenvolvimento Sustentável: uma passagem de seu conceito à aplicabilidade urbana. Orientador: Vladimir Passos de Freitas. Curitiba: PUC, 2005

LEFF, H. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 3 ed. Petrópolis: vozes, 2005

PORTILHO, F. Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

SACHS, I. Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

SEQUINEL, M. C. M. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: um estudo de caso. Florianópolis: 2002. Dissertação de Mestrado, UFSC.

SCHEEFER, F. Desenvolvimento Sustentável e Modernidade: uma Incompatibilidade Anunciada. Disponível em: [http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema1-Desenvolvimento% 20Meio% 20Ambiente/ Artigo-3-Autoria.pdf](http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema1-Desenvolvimento%20Meio%20Ambiente/Artigo-3-Autoria.pdf) Acesso: 12 Jul.2012.

STROH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 2001.

SPAREMBERGER, R.F.L.; PAVIANI, J. Direito Ambiental: um olhar para a cidadania e sustentabilidade planetária. Caixas do Sul: Educas, 2006

STEFANIAK, J.N. A miragem da sustentabilidade ambiental no capitalismo. Orientador: Carlos Frederico Marés. PUC: 2011.



SOUZA, M. L. A prisão e a Ágora: reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

VEIGA, J. E. A emergência socioambiental. São Paulo: Senac, 2005.

ZACARIAS, R. Consumo, lixo e educação ambiental: uma abordagem crítica. Juiz de Fora: FEME, 2000